

A OCUPAÇÃO DA FAZENDA PEBA: UMA EXPERIÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA NO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, 1987- 1989.

Aline Oliveira da Silva
Mestranda em História
Universidade Federal de Alagoas
allinneholiveira@gmail.com

RESUMO

O presente texto tem objetivo, a partir do estudo da ocupação da Fazenda Peba, de descortinar uma experiência do processo de reforma agrária ocorrida no Sertão do Rio São Francisco, no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, entre 1987 a 1989. O fazer-se da reforma agrária na referida região, a partir do conceito de “experiência” de E. P. Thompson, da bibliografia relacionada, das discussões da história oral e das fontes escritas, revelam a existência de conflitos agrários entre trabalhadores(as) rurais sem terra, latifundiários e políticos da região. O marco temporal deste trabalho inicia em 1987, a partir da ocupação da referida fazenda por um movimento de aproximadamente 66 famílias de diferentes municípios, e se encerra em 1989, quando os(as) trabalhadores(as) rurais alcançam parte das terras em disputa com o assentamento das famílias que estavam no processo de ocupação. Dentro deste contexto e balizada pelo estudo dessa experiência, é possível compreender melhor os debates pelo acesso à terra, em particular, aqueles lastreados com base na Constituição de 1988 e/ou impulsionados pelos diferentes movimentos sociais que pululavam no referido período.

Palavras- chave: Reforma Agrária, Assentamento, Sertão.

Introdução

No final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 emergiram no Brasil como em outros países da América Latina, “movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição ao então regime militar, especialmente movimentos de base cristãos, sob inspiração da Teologia da Libertação”, (GOHN, 2013, p.19) dentre eles o de luta pela terra. É nesse contexto dos anos 1970/1980 em que os movimentos sociais contribuíram diretamente para a conquista de diversos direitos sociais, que estão inscritos na Constituição de 1988, período no qual a ocupação da Fazenda Peba localizada na cidade de Delmiro Gouveia, sertão de Alagoas, está situada, dentre os debates que a desencadeou, as discussões sobre a reforma agrária a partir dos marcos legais da Carta Magna. (SILVA, 2019, p. 18)

(...) existe uma lei... [a] lei de reforma agrária... e a gente pode nos juntar e forçar o governo a cumprir essa lei... aqui onde a gente mora. Então a situação em que as pessoas vivem, leva as pessoas a sonhar, em ter um pouco de terra, a maioria vivia em fazendas. (COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada em 26/07/2016)

A fala em destaque – retirada da entrevista realizada em 26/07/2016, com Zilma Tavares Costa,¹ agricultora que participou da ocupação da fazenda Peba, relata o fazer-se de uma experiência de luta pelo direito a posse da terra no Sertão de Alagoas. Este conflito agrário, tem seus primeiros registros em janeiro de 1987, marco do início das primeiras ocupações de terras na região, “quando mais de 66 famílias ocuparam a referida fazenda”. (MORISAWA, 2001, p.183) A ocupação da fazenda foi uma ação direta organizada pelos(as) trabalhadores(as) rurais da região, em resposta ao conflito de terra que persistia entre arrendatários da antiga fazenda e latifundiário.

O fazer-se da ocupação da fazenda Peba gestada pelos(as) trabalhadores(as) pode ser entendida a partir da categoria de experiência do historiador E.P. Thompson, no entendimento que as pessoas “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura.” (THOMPSON, 1981, p.182) Os homens e mulheres comuns tecem as suas próprias histórias, a partir do contexto, época e lugar a qual estão inseridos. Essas experiências comuns compartilhadas entre os sujeitos, suscitam identidades comuns e os estruturaram “em termos de classe, o ser social determinou a consciência social”. (THOMPSON, 1981, p.189)

A ocupação da fazenda Peba, desencadeada em 1987, é marcada por tensões entre trabalhadores(as) sem terra e latifundiários, e revela o contexto de enfrentamento que estava ocorrendo no campo em torno da luta pela terra no período que antecede a atual Carta Magna. Para Zilma Tavares Costa, uma das participantes desta experiência, um dos elementos que induziram os(as) trabalhadores(as) a realizar a ocupação foi:

(...) a situação em que as pessoas vivem, leva as pessoas a sonhar, em ter um pouco terra, a maioria vivia em fazendas, trabalhava, outros tinham só um pouquinho, porque às vezes herda de um parente, dos avós, que não é suficiente porque quando a família cresce, principalmente no Sertão não consegue ter

¹ Agricultora e ativista da luta pela terra. Nasceu em Inhapi- AL, em 26/08/1967, onde permaneceu na cidade natal até os 20 anos de idade. Foi integrante do STTR/ Inhapi, onde exerceu a função de secretária e posteriormente contribuiu na construção do MST na região.

uma boa renda, uma boa safra. (COSTA, Zilma Tavares, entrevistada em 26/07/2016)

Frente aos desafios apresentados, a compreensão do referido contexto deve considerar também – além do histórico de conflitos agrários e do cenário de discussão dos marcos legais pós ditadura civil-militar –, a posição da Igreja Católica, em particular, das pastorais rurais que passaram a se identificar com o cotidiano daqueles que lutam pelo acesso à terra e pelo direito à cidadania, como também o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) no tocante a essa experiência o STTR de Inhapi e a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região.

Para ampliar e aprofundar a reflexão sobre o fazer-se da ocupação da Fazenda Peba, foi utilizado a metodologia da História Oral, focando nos sujeitos que participaram da experiência de ocupação e resistência que resultou em uma experiência de reforma agrária na região. O uso dessa metodologia mostra-se como,

Uma forma do fazer histórico que, articulada a outros tipos de pesquisas e métodos, possibilitam ao historiador localizar, coletar, sistematizar e, no caso da fonte oral, em particular, estimular a produção de registros a respeito das experiências sociais e culturais. (CRUZ, 2013, p. 833)

Dentre os significados deste método de pesquisa, a História Oral pode ser útil “não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social”. (FERREIRA, 2002, p.327)

A ocupação

Para compreender o fazer-se da ocupação da Fazenda Peba em 1987 é necessário aprofundar a reflexão sobre a atuação da Pastoral Rural no município de Inhapi, localizado no sertão de Alagoas, município vizinho a Delmiro Gouveia, no tocante a esta pesquisa aos resultados das discussões fomentadas por ela e que imbuíu os(as) trabalhadores(as) rurais na organização da luta pela terra na região. A esse respeito o assentado José Cazuya Ferreira de Oliveira² em entrevista realizada em 13/01/2019 destaca.

² Ativista da luta pela terra, assentado no Assentamento Lameirão, natural de Inhapi-AL, nasceu em 21/05/1963. Foi integrante da pastoral rural de Inhapi, ex- seminarista do Seminário Rural, seminário

A Pastoral Rural, [em Inhapi] as freiras davam apoio com discussão teórica, do direito da terra, nosso primeiro passo foi recuperar o sindicato. Recuperamos o sindicato, com essa nova visão, de um sindicato combativo, de luta, decidido de lutar pela terra, pelo um direito de um ponto de vista mais religioso [...] a versão da terra prometida. Aí nós traçamos um plano de luta dentro do sindicato, para reivindicar essa terra prometida, aí delegamos o Luiz Valério e o Alexandre para irem ao congresso do MST no Paraná, com o retorno deles trazendo as informações foi que nos animamos muito mais para continuar e fazer parte dessa organização. (OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado em 13/01/2019)

A fala do assentado José Cazuza corresponde ao que Thompson discorre sobre o conceito de experiência, que as pessoas não apenas as exercem como ideias, mas também como sentimento, “experimentam sua experiência como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas”. (THOMPSON, 1981, p. 189) É importante ressaltar que toda contradição é conflito de valor e interesse, e os conflitos agrários da região também continha uma luta de valores, entre trabalhadores(as) rurais e latifundiários. Os(as) trabalhadores(as) sem terra obtinham uma moral religiosa acerca do uso e direito da terra e o elemento cultural religioso, tecida a partir das discussões da Pastoral Rural foi um elemento importante para a organização dos(as) trabalhadores(as) rurais.

A presença e a atuação de setores da Igreja Católica – próximos a Teologia da Libertação e a Teologia da Enxada –, foram decisivos para os movimentos que resultaram em ocupações e de reivindicação de políticas de reforma agrária na região. “O contato da Igreja com o povo, contribui para alguns segmentos da população tornaram-se mais esclarecidos sobre os problemas sociais locais”. (GUEDES NETO, 2014, p. 120)

Os desdobramentos das discussões promovidas pela Pastoral Rural, resultou na organização dos(as) trabalhadores(as) rurais na busca pelo direito da terra, a comporem o STTR/Inhapi, posteriormente a constituir o MST na região e fomentarem ações

baseado nos conceitos da Teologia da Libertação e da Enxada, que tinha como um dos organizadores o Padre José Comblim. Integrou a direção do STTR/Inhapi e posteriormente contribuiu na condução do MST no Estado de Alagoas. Devido a atuação e militância, concorreu a pleitos eleitorais, onde exerceu mandatos de vice-prefeito e prefeito do município de Delmiro Gouveia, entre 2004- 2008.

propositivas para o acesso à terra. Sobre a organização do MST em Alagoas o assentado José Cazuza destaca.

Nasceu dentro do Sindicato [o MST], com o apoio da Pastoral Rural (...) tomamos a decisão de fazer a parte dessa organização (...) a secretaria do MST funcionava em Inhapi dentro do sindicato”. (OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado em 13/01/1994).

No município de Delmiro Gouveia havia uma tensão entre trabalhadores(as) rurais e o proprietário da fazenda Peba, na época Miguel Gandú Dacach que ameaçava expulsar os(as) arrendatários(as), sem os deixarem colher as suas lavouras. Segundo Lourdes Santana,³ missionária franciscana a época vinculada a Paróquia de Delmiro Gouveia, em entrevista concedida em 03/04/2016, destacou:

(...) Esse senhor se não me engane tinha 12 filhos; e daí relatou para gente o conflito que estava começando a existir entre eles e o fazendeiro, conhecido pelo senhor Miguel Gandu. (...) Como eles já estavam na terra, que eles eram rendeiros da terra, eles tinha feito uma negociação com o fazendeiro, para num processo de 5 anos eles plantarem, depois de 5 anos eles desocupavam a terra e o fazendeiro tomava conta da terra. (...) Acho que foi no final de 86 tinha muita coisa, bonita naquela terra, o pessoal estava esperando tirar o milho, alguns tinham plantado café, tinham batata doce, tinham algumas lavouras muito bonitas e um belo dia eles chegaram lá e o gado estava dentro da terra. (SANTANA, Lourdes. Entrevistada em 03/04/2016)

O arrendamento da terra foi uma estratégia utilizada pelo fazendeiro para que a fazenda não fosse inserida no Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), que desapropriaria terras devolutas que não estivessem cumprindo sua função social. Para que a terra não fosse destinada para fins de reforma agrária o fazendeiro arrendou a terra com o objetivo torná-la produtiva. Miguel Gandú Dacach “era articulador na época da União Democrática Ruralista (UDR) da região sertaneja de Alagoas e a fazenda Peba continha uma área de 1.200 hectares”. (Jornal dos trabalhadores sem terra, nº 71, mar de 1988, p.9)

Diante do conflito, da tentativa de expulsar os(as) arrendatários(as) da terra, os(as) trabalhadores(as) rurais recorreram à Igreja Católica de Delmiro Gouveia, que solicitou ajuda a Paróquia de Inhapi e, posteriormente, ao STTR de Inhapi que era a instituição que

³ Natural da cidade de Água Branca- AL, aos 18 anos entrou na congregação das irmãs franciscanas missionárias de Santo Antônio, onde passou 03 anos. Após a formação religiosa foi designada para a cidade de Delmiro Gouveia, onde passou a desenvolver trabalhos nas comunidades carentes deste município.

discutia a luta pela terra na região e local onde funcionava a secretaria do MST em Alagoas. Como ressalta a entrevista da missionária Lourdes Santana.

Então fomos buscar apoio na paróquia do Inhapi com o Pe. Luiz Torres que já estava ligada a pastoral rural, e as irmãs do Inhapi, seu Alfredo foi bater no Inhapi, atrás de apoio lá, que as irmãs chegassem, que a gente estava passando por um momento de conflito e que necessitávamos, quando foi no domingo à noite então desse mesmo dia é, se não me lembro era 30 de novembro (...) Então a igreja estava cheia de gente o pessoal de Inhapi. (SANTANA, Lourdes. Entrevistada em 03/04/2016)

Observa-se na fala da missionária Lourdes Santana a repercussão na região sobre o conflito de terra existente na fazenda Pebá e como a Pastoral Rural de Inhapi e as pessoas que as compunham, que participavam das discussões fomentadas por ela, eram referências na região sobre as discussões de conflitos agrários, pois, além da Pastoral Rural o STTR de Inhapi também veio contribuir na resolução do conflito. O conjunto da equipe do Sindicato designou Luiz Valério para contribuir na organização do conflito da fazenda Pebá, pois ele tinha participado do 1º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorrido em Cascavel, Estado do Paraná, em 1985 como destaca o assentado José Cazuya.

Luiz Valério teve uma missão diferenciada, ele foi designado pra vir para Delmiro, justamente para dá apoio na organização do conflito de terra que havia na fazenda Pebá. Ele era um agente de base do Sindicato de Inhapi, que veio para Delmiro para fazer esse trabalho de convencimento. (OLIVEIRA, Cazuya Ferreira de. Entrevistado em 13/01/1994)

Luiz Valério- integrante da Pastoral Rural da Terra, vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR), do município de Inhapi –, Segundo Silva, “Luiz Valério foi escolhido pelos demais companheiros(as), para representá-los no referido Congresso, pelo seu ativismo, militância e disponibilidade”. (SILVA, 2013, p.396) Após a participação no Congresso ele foi escolhido para impulsionar a organização dos(as) trabalhadores(as) rurais arrendatários(as) da fazenda Pebá, para que as famílias lutassem pela terra enquanto direito, não apenas retirarem as lavouras, deixassem de ser arrendatárias e passassem possuir a terra.

Após trabalho com as famílias arrendatárias, com discussões sobre o direito de acesso à terra a partir dos elementos religiosos, constitucionais e que a fazenda Pebá

estava entre as propriedades listadas como devolutas, apta a reforma agrária. Como discorre em entrevista o assentado José Cazuza “descobrimos que a fazenda estava no INCRA passiva a desapropriação.” (OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado em 21/07/2017) Então, esses elementos contribuíram para impulsionar e legalizar a organização das famílias, em torno do debate sobre a ocupação da fazenda Peba.

Diante desse contexto, de conflito entre arrendatários e latifundiário, propriedade sujeita a partir dos aparatos legais para fins sociais de reforma agrária e as discussões inflamadas pelo direito a terra, seja a priori no interior da Pastoral da Terra, em seguida no STTR/Inhapi e na gestação organizativa do MST em Alagoas, os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra da região em janeiro de 1987 mobilizados e organizados sob a orientação política do MST, ocuparam a fazenda Peba. A ocupação da referida fazenda foi uma ação política realizada pelos(as) trabalhadores(as) para que houvesse a distribuição daquelas terras. Para Morissawa, esses(as) trabalhadores(as) já tinham claro a distinção ente invasão e ocupação:

Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa simplesmente preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei de desapropriação. (MORISSAWA, 2001, p.132)

Em torno de 66 famílias trabalhadoras sem terra ocuparam a fazenda Peba, em janeiro de 1987, grande parte delas vindo dos municípios de Inhapi, Mata Grande e Delmiro Gouveia. Mobilizados e organizados, estes(as) trabalhadores(as) construíram o acampamento e passaram a compartilhar experiências de identidade(s) e de resistência. Neste sentido, o termo acampamento, para além da descrição física, significa “um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia.” (CALDART, 2012, p.21)

Durante as primeiras semanas os(as) trabalhadores(as) sem terra, do acampamento Peba, segundo o assentado José Cazuza, foram vistos como, “coitadinhos, o governo dispôs de cestas básicas, porém as autoridades não acreditavam que a ocupação iria perdurar,” (OLIVEIRA, Cazuza Ferreira de. Entrevistado em 09/02/2016) nesse período

o Estado de Alagoas era governado por Fernando Collor de Melo, eleito aos 37 anos em 1986. (CONTI, 2012, p.13) Os(as) trabalhadores(as) acamparam, montaram os barracos de lona e se preparam para resistir, enquanto as negociações não obtinham êxitos com as autoridades competentes, as perseguições políticas deferidas contra os(as) acampado(a)s teve curso. Eles sofreram enalços atribuídos aos proprietários da fazenda. Sobre essas perseguições a missionária Lourdes Santana discorre:

Gente o Peba tá tranquilo? ... Não Irmã [não] está tranquilo! Quem está lá? Tá fulano, fulano, sicrano... Pelo amor de Deus voltem e digam para eles, vocês vão mais rápido de bicicleta do que eu, que saiam de lá... Porque irmã? Sumam porque vai ter, o fazendeiro tá indo para lá com o testa de ferro e vão matar vocês e vão fugir pelo rio, quem tiver lá vai ser morto e vão fugir pelo rio, ai então disse assim: Quer dizer que é verdade a história que fulano contou hoje de manhã lá em casa; então eles já sabiam só não encaram como verdade né? Ai eles voltaram, quando chegaram lá Luiz Valério era um dos que estavam né? E ele disse: nós não fugimos, eles venham! Mais uma vez nós ficamos em casa só aguardando a má notícia; porque os que estavam lá a gente saiba que era cabeça dura, não iam realmente sair, iam para o confronto, e tudo que a gente não queira era um confronto, para não enfraquecer a luta, um derramamento de sangue naquele momento, era enfraquecer a luta por completo; ai então me disseram, tá perdido, pode agora entregar, eu disse: Não Deus é maior, e esses cara que são cabeça dura, Deus vai render eles. Ficamos preocupados, quando chegaram, eles viram realmente a coisa séria, ai se esconderam em alguns barracos que tinham feito lá, e o cara foi entrando lá e disse que realmente o Clovis era um que estava na linha de frente e foi entrando com o pessoal, só que o pessoal conhecia os capangas dele, quando viram os capangas, ai usaram a estratégia de irem por trás dos capanga e cercarem os capanga e deixar o Clovis livre. (SANTANA, Lourdes. Entrevistada em 03/04/2016)

A narrativa acima descreve os conflitos ocorridos durante a ocupação da fazenda Peba e as estratégias de resistência traçadas pelos(as) acampados(as), contra as ações movidas pelo fazendeiro. E esses conflitos também podem ser entendidos a partir das discussões apresentadas por Thompson, quando discorre sobre os motins do século XVIII organizados pela multidão inglesa, para o historiador os conflitos são determinados quanto a relação das pessoas ao acesso de “direito socialmente diferente de obtê-los”. (THOMPSON, 1989, p.223) No caso inglês do século XVIII o acesso a alimentos a populações pobres e na experiência de ocupação da fazenda Peba a diferença de acesso à terra, que há um processo desigual do direito do uso e posse da terra, e ela para os(as) trabalhadores(as) rurais é um meio de existência, sendo então, um direito obtê-la e por

isso traçam ações e estratégias de resistência para acessar esse direito então negado, nesse caso a terra.

Em meados de 1988 as negociações para a aquisição da fazenda Peba avançaram, e a área negociada beneficiaria em torno de 08 famílias, como a fazenda não seria desapropriada e sim adquirida, o fazendeiro que definiu o tamanho da área que seria vendida e então destinada para fins sociais de reforma agrária, deixando assim, várias famílias acampadas desassistidas. Sobre esse fato o assentado José Cazuzza destaca.

No final de 1988, no acampamento Peba as negociações avançaram e tinha ficado decidido que apenas 08 famílias ficariam lá no assentamento, visto que só parte da área iria ser adquirida, não foi desapropriada, foi um processo de aquisição, de compra só de uma parte e justamente essa parte comportaria 08 famílias. (OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado em 13/01/2109)

A partir desse momento, coletivamente as famílias decidiram pressionar o governo para aquisição da área e que beneficiasse todas as famílias que estavam entre o processo de ocupação e resistência na referida fazenda. Assim, os(as) trabalhadores(as) resolveram transferir o acampamento para Capital, Maceió. O acampamento é então organizado provisoriamente na Praça Centenário, em Maceió, em 1988, a partir de então, os(as) acampados(as) realizaram protestos na Capital do Estado, dentre eles ocuparam a sede da Secretaria de Agricultura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de intensificar reivindicações. O assentado José Cazuzza, explica como ocorreu o processo de transferência do acampamento para Maceió:

Então o acampamento decidiu fazer pressão ao governo do Estado, passamos um período acampados dentro da secretaria estadual de agricultura e ela disse que não tinha competência para resolver o problema, nós fomos para o INCRA, passamos uma semana literalmente dentro do INCRA lá em Maceió na praça Centenário, depois deslocamos as famílias para a praça, sendo que o INCRA permanecia ocupado, na ideia de liberar, era para que os funcionários viessem trabalhar, com a argumentação de agilizar esse processo de negociação. (OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado em 13/01/2109)

A narrativa, destaca como se deu o processo de pressão política as autoridades competentes, para que houvesse encaminhamentos concretos para as famílias que ficariam desassistidas com a aquisição de parte da fazenda. A organização do

acampamento na capital corresponde as estratégias políticas e de resistência tecidas pelos(as) acampados(as) para alcançar os seus objetivos.

Durante o acampamento na capital os(as) trabalhadores(as) rurais organizaram atos políticos, conjuntamente com outros movimentos sociais para sensibilizar as autoridades competentes para aquisição de terras para fins sociais de reforma agrária. Os(as) trabalhadores(as) receberam apoio político, como também mantimentos e material de limpeza, as negociações perduraram por dias na capital e para permanecer na ação de resistência os(as) trabalhadores(as) precisavam de suprimentos alimentícios e por conta da delonga do processo de negociação as ajudas foram diminuindo. E conseqüentemente os(as) acampados(as) ficaram sem alimentos para continuarem mobilizados na Praça Centenário, com o objetivo de permanecer e conseguir a aquisição da fazenda, diante disso os(as) trabalhadores(as) realizaram uma ação em um supermercado em Maceió, como descreve em entrevista a agricultora Zilma Tavares.

[...] a gente fez caminhadas na cidade, participou de alguns atos com outros movimentos, e fizemos não sei se eu deveria dizer (risos) a gente estava sem alimentação, pessoal já tinha os amigos dos sindicatos já tinha ajudado muito e não estava conseguindo contribuir tanto e era muita gente acampado, aí a gente decidiu fazer uma ação um pouquinho (risos) que não é legal, pra os outros verem, a gente foi num supermercado que tinha próximo da praça centenário e a gente foi lá e levou tudo o que tinha de comida que gente podia levar (risos) pra aguentar mais uns dias acampado até garantir a terra. (COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada em 26/07/2016)

Percebe-se na narrativa as ações estratégicas traçadas pelos(as) trabalhadores(as) com o objetivo de adquirir o direito de acesso à terra, sendo a ação legítima ou não aos olhos alheios, para esses sujeitos essa era uma ação que desencadearia na conquista da terra, ela continha um objetivo a ser alcançando. Para Thompson as ações populares organizadas pela multidão tem uma noção legitimadora, pois “os homens e mulheres, são movidos pela crença de que estão defendendo direitos ou costumes tradicionais”. (THOMPSON, 1989, p. 152) Além de tecer a ação como um mecanismo de resistência, para alcançar objetivos, o ato pode ser considerado pensado politicamente e estrategicamente, não é movido apenas pela necessidade imediata de suprir a fome, mas também é ponderado, os(as) trabalhadores(as) estudaram as formas de realizar a ação e

quais as consequências que este ato poderia acarretar para o supermercado e para eles(as), como destaca em entrevista Zilma Tavares.

E ai assim como é uma coisa que não se acontece muito, então isso chocou muito, o pessoal dos que estavam no supermercado fez um grande alarde, que a gente era bandido, que a gente estava armado, não, a gente não estava armado, a gente foi lá e segurou, dominou quem estava armado, não iria deixar eles atirarem em alguém, a gente sabe que eles tem seguro e eles poderiam repor toda a mercadoria deles, de certa forma não iria ter tanto prejuízo, a gente foi consciente no que a gente estava fazendo né, era uma forma de a gente conseguir se manter, por que se não, não iríamos, você com fome desamina, você precisa comer. COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada em 26/07/2016)

Os(as) acampados(as) também reivindicavam em Maceió o “fornecimento de sementes para o plantio, bem como cestas básicas para as famílias, a ocupação persistiu por cerca de 22 dias”. (SILVA, 2013, p.397) Este período de acampamento na capital do Estado, foi marcado por intensas perseguições, como também, de apoio por parte dos Sindicato dos Urbanitários (Maceió), Central Única dos Trabalhadores (CUT), vereador do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ronaldo Lessa, funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Alagoas (EMATER) e estudantes universitários.

Durante as negociações os(as) trabalhadores(as) não conseguiram que a fazenda fosse desapropriada como destaca a lei, que compete a União desapropriar imóveis que não estejam cumprindo a sua função social.

O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício. (Constituição federal de 1988, capítulo III, artigos 184 a 191)

Em meio ao processo de reivindicações na capital de Alagoas, com o objetivo de atender todas as famílias que estavam entre as ações de ocupação e resistência da fazenda Peba, a fazenda Lameirão localizada no município de Delmiro Gouveia foi sugerida em negociação, para que as famílias que não fossem assentadas na fazenda Peba fossem destinadas a fazenda Lameirão. A esse respeito destaca em entrevista o assentado José Cazuza:

Nesse processo de negociação apareceu a fazenda Lameirão como uma opção (...) de negociação, a negociação avançou, foi adquirida uma parte, 850 ha e assim que fizemos esse acordo, designamos uma comissão, nós ficamos em Maceió, e uma comissão veio fazer uma prévia vistoria e achou que aqui tinha condições e em Maceió nós averbamos essa negociação e as famílias se deslocaram pra cá. (OLIVEIRA, José Cazuza Ferreira de. Entrevistado em 13/01/2109)

Com a negociação da fazenda Lameirão os(as) trabalhadores(as) conseguiram que todas as famílias envolvidas no fazer-se de ocupação da fazenda Peba, nas ações de resistências fossem assentadas. Dessa forma, foram assentadas na fazenda Peba as 08 famílias em uma área de em 110 hectares (INCRA, Relatório Assentamentos, Superintendência de Alagoas, 31/12/2017), dentre essas famílias estão os 06 ex-arrendatários da antiga fazenda, Luiz Valério e Expedito, decisão tomada coletivamente entre as famílias, Luiz Valério foi escolhido para ser assentado na fazenda Peba, por conta do pertencimento durante o processo de organização da ocupação.

As ações de ocupação, resistência, transferência de acampamento para a capital e mobilização nos prédios públicos, tecidas pelos(as) trabalhadores(as) com o objetivo do direito a posse terra, iniciado em 1987 finaliza com a aquisição da segunda fazenda, a fazenda Lameirão, no final de 1988, contém uma de 1.744,9583 hectares com 31 famílias que residem no assentamento (SILVA, 20199, p. 41). A ocupação da fazenda Peba resulta na constituição de dois assentamentos na região do sertão de Alagoas.

A partir desse momento, dos resultados obtidos por meio da experiência da ocupação da fazenda Peba, os(as) trabalhadores(as) que estavam a frente da organização do MST em Alagoas, “expandiram o debate e as ações em favor da reforma agrária para as demais regiões do Estado”. (SILVA, 2019, p.26) No entanto as ações fomentadas posteriormente não tiveram a participação direta da Pastoral Rural, que divergiu com as proposições discutidas pelo MST, pois em 1989 o MST entendia que era necessário continuar ocupando os latifúndios improdutivos, exigindo das autoridades competentes a realização da reforma agrária. Enquanto a Pastoral da Terra compreendia que outras ocupações só poderiam “acontecer quando a primeira fosse concluída” (SILVA, 2013, p. 397) quando os assentamentos já constituídos estivessem estruturados.

Dessa maneira, as ações de ocupações de terra se ramificam em Alagoas, guiadas pela experiência e horizontes de expectativa que a ocupação da fazenda Pebá fomentou e sob a orientação política do MST. Em janeiro de 1989 os(as) trabalhadores(as) rurais sem terra norteados a partir do exemplo da ocupação da fazenda Pebá, ocupam a fazenda Lage em Taquarana, na região do agreste alagoano, o acampamento não perdurou, os(as) trabalhadores(as) receberam ordem de despejo. Como destaca em entrevista a assentada Maria Rosângela⁴:

A ocupação foi na fazenda Lage, no município de Taquarana, perto de Arapiraca, e só durou uma noite a ocupação lá, porque a gente foi despejada pela polícia, o dono da terra pediu emissão de posse e a gente foi despejada. SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada em 08/02/2016)

A experiência da fazenda Lage não foi exitosa para os(as) trabalhadores(as) rurais, com o objetivo de que os(as) trabalhadores(as) tivessem acesso à terra, parte das famílias que foram despejadas da ocupação da fazenda Lage, deslocaram-se para a fazenda Lameirão, que fora negociada no fim do ano de 1988, oriunda das ações da ocupação da fazenda Pebá. Dentre as famílias que vieram para a fazenda Lameirão, originárias da ocupação na fazenda Lage, está a família da entrevistada Maria Rosângela.

A gente veio aqui para o Lameirão, fomos os primeiros a chegar aqui no Lameirão, viemos na época do carnaval, já em fevereiro, nós viemos pra aqui para o Lameirão, mais na semana santa o pessoal que era do Pebá se juntaram a nós. (SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada em 08/02/2016)

Segundo as informações colhidas em campo, as famílias que estavam no processo de ocupação da fazenda Pebá, só se destinaram a fazenda Lameirão após desmontarem seus barracos de lona, pois algumas famílias estavam acampadas desde 1987, dessa forma se encaminham para a fazenda Lameirão apenas no início de 1989.

Além da experiência da fazenda Lage, desencadeada a partir dos desdobramentos da ocupação da fazenda Pebá, foram realizadas ocupações de terra em outras regiões. Dentre elas, na região da zona da mata, no município de Jacuípe em 01 de maio de 1989,

⁴ Natural de Jacaré dos Homens- AL, nasceu em 30/12/1971, quando se inseriu nas ações de ocupações de terra morava em Batalha com a família, posteriormente se inseriu nas atividades de condução do MST no Estado de Alagoas, reside no Assentamento Lameirão e compôs por alguns períodos a diretoria da Associação.

parte das famílias que ocuparam a fazenda Lage em Taquarana que não foram para a fazenda Lameirão, se juntaram a outras famílias e ocuparam a “fazenda Boa Vista em uma área de 1.533 hectares que era usada como destilaria, que a época da ocupação já tinha falido”. (Jornal dos trabalhadores sem terra, n° 83, maio de 1989, p.5) Essa experiência de ocupação também se concretizou em assentamento da reforma agrária, conforme os dados da superintendência do INCRA Alagoas, o assentamento Boa Vista, resultado da ocupação de maio de 1989 contém 185 famílias assentadas.

Ainda em 1989 no município de Chã Preta os(as) trabalhadores(as) sem terra ocupam a “fazenda Jundiá com área de 3.000 mil hectares, a ocupação é marcada por coerção policial”. (Jornal dos trabalhadores sem terra, n 87, set 1989, p. 14) Os(as) trabalhadores(as) não conseguiram adquirir essa propriedade para fins sociais de reforma agrária, mas negociaram uma outra área, para as famílias que estavam no processo de ocupação em Chã Preta. A área negociada localiza-se no município de Flecheiras e desdobrou-se em dois assentamentos, Nova Conquista e Vitória da Conquista, como ressalta em entrevista José Cazuzza, “a ocupação de Chã Preta derivou no surgimento de dois assentamentos, lá em Flecheiras, Vitória da Conquista e Nova Conquista”. (OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado em 21/07/2019) O assentamento Nova Conquista contém uma área de 134 hectares e beneficia 18 famílias e o assentamento Vitória da Conquista tem 133 hectares e 17 famílias assentadas. ((INCRA, Relatório Assentamentos, Superintendência de Alagoas, 31/12/2017))

Notadamente, a experiência de reforma agrária da ocupação da fazenda Pebá, desdobrou-se em outros fazer-se de ocupações de terra e na constituição de assentamentos tecidos em diferentes regiões do Estado e na constituição do MST em Alagoas.

Considerações Finais

Estudar a experiência de ocupação da fazenda Pebá, possibilitou compreender as nuances do fazer-se da organização de luta pela posse da terra pelos(as) trabalhadores(as) rurais do sertão de Alagoas, homens e mulheres comuns que teceram ações de ocupação e resistência objetivando a democratização de acesso à terra.

O trabalho revela a participação da Pastoral Rural, com trabalhos contínuos nas comunidades rurais, a partir deles proporcionou discussões no tocante a luta pela terra e essas discussões teóricas e bíblicas desencadeou na organização dos(as) trabalhadores(as) rurais. Na inserção no STTR/Inhapi, com um olhar voltado para as lutas sociais, em especial na região pelo direito de acesso à terra, posteriormente com ida dos integrantes da Pastoral Rural e do STTR ao 1º Congresso do MST, possibilitou na organização deste movimento na região. Essas três organizações contribuíram no processo de sensibilização, mobilização e organização dos(as) trabalhadores(as) na ocupação da fazenda Peba.

Os mecanismos e as táticas de resistência traçados pelos(as) trabalhadores(as) rurais foram importante na pressão política e social, para a aquisição da fazenda Peba. Percebe-se que a experiência de reforma agrária da fazenda Peba desencadeou em outras experiências de ocupação pelo Estado de Alagoas, com o objetivo de democratizar o direito de acesso à terra. Assim, diante dessas questões pode-se dizer que o Peba é a matriz das experiências de reforma agrária, tecida por homens e mulheres, que traçam suas próprias histórias no cotidiano da luta pela terra em Alagoas.

Referências Bibliográficas

- CALDART, Roseli Salete. et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio -São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e o poder nos anos Collor**. 2º ed. — São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- CRUZ, José Vieira da. “Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas”. In: **Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL**. Maceió: UFAL, 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e história oral**. Topoi. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.
- GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: **Movimentos sociais no início do século XXI: artigos e novos atores sociais**. 6. ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- GUEDES NETO, Adauto. **Teologia da enxada e ditadura militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985**. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.
- PEREIRA, Danillo Rangel Pinheiro. **Concepções da história na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1989)**. (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana – Feira de Santana, 2013.

SILVA, Aline Oliveira da. A luta pela terra no sertão do rio são francisco: a experiência do assentamento lameirão, delmiro gouveia, alagoas 1989-2014. Artigo monográfico. Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SILVA, José Roberto. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017. In: Luiz Sávio de Almeida (Org.) et al. **Terra em alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zará editores, 1981.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONTE ORAL

COSTA, Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas**. Alagoas: Delmiro Gouveia.

OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 09/02/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas**. Alagoas: Delmiro Gouveia.

_____. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas**. Alagoas: Delmiro Gouveia.

SANTANA, Lourdes. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura – GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas**. Alagoas: Delmiro Gouveia.

SILVA, Maria Rosângela dos Santos. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva em 08/02/2016. In: **Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura –GEPHISC/Universidade Federal de Alagoas**. Alagoas: Delmiro Gouveia.

FONTES DIGITAIS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.htmlpublicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 17 jan. 2018.

_____. **Plano nacional de reforma agrária**. Decreto nº 91. 766, de 10 de outubro de 1985. Disponível em < www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html > Acesso em 24 jan. 2019.

INSITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Painel de assentamentos**. Disponível em: www.incra.gov.br/al Acesso em jul. de 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **1º Congresso do MST**. Cascavel/Paraná, 1985. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Jornal dos trabalhadores sem terra, n° 83, maio de 1989. Disponível em www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=585.

Acesso em jul. de 2019.

Jornal dos trabalhadores sem terra, n° 71, mar de 1988. Disponível em www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=585.

Acesso jul. de 2019.

Jornal dos trabalhadores sem terra, n° 83, maio de 1989. Disponível em www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=585.

Acesso em jul. de 2019.